

TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES

OBRAS/SERVIÇOS DE ENGENHARIA

PAe N. 0007819-55.2023.4.01.8006

OBJETO:

Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de arquitetura e engenharia, visando à elaboração dos projetos básicos e executivos para execução de *retrofit* dos Edifícios Sede e Anexo da Seção Judiciária de Goiás, em Goiânia.

DECLARAÇÕES E JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS

1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO

1.1. Classificação como obra ou serviço de engenharia

O objeto da presente licitação constitui **SERVIÇO DE ENGENHARIA**, sob a seguinte justificativa:

As tarefas envolvidas para a elaboração dos projetos básicos e executivos para execução do *retrofit* dos Edifícios Sede e Anexo da Justiça Federal de Goiás, em Goiânia, objeto do presente processo, necessitam de participação e acompanhamento de profissional legalmente habilitado, conforme disposto na Lei Federal nº 5.194/1966.

Isso posto, infere-se que a atividade poderá desempenhada por arquiteto, engenheiro ou técnico especializado que importará em utilidade para a Administração, mas não constituirá obra, ou seja, não importará em inovação ou alteração substancial do ambiente ou bem imóvel.

1.2. Classificação como serviço comum ou especial

O serviço de engenharia objeto da presente licitação é **COMUM**, sob a seguinte justificativa:

Trata-se de um serviço de engenharia que tem por objeto - ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens.

Por fim, a elaboração dos Projetos Básicos e Executivos para a execução do retrofit dos Edifícios Sede e Anexo da Seção Judiciária de Goiás, em Goiânia, são destituídos de qualquer tecnologia avançada, com exceção daquelas já amplamente conhecidas pelas empresas e técnicos da área no mercado de trabalho. Ademais, os serviços podem ser aferidos pelos custos referenciais (SINAPI) – exigidos pela legislação – ou por custos mais habituais existentes no mercado.

2. REGIMES DE EXECUÇÃO

Para a execução indireta do objeto, será adotado o seguinte regime, de acordo com a justificativa abaixo:

Empreitada por Preço Global

Esse regime será adotado em função de um alto nível de precisão das especificações e quantitativos do objeto e a execução dele se dará por preço certo e total.

O regime proposto se dá pela existência de documentos técnicos de boa qualidade, que fornecerão aos licitantes todos os elementos e informações necessários para o total e completo conhecimento do objeto e a elaboração de proposta fidedigna, o que evitará distorções relevantes no decorrer da execução contratual, em prejuízo seja da Administração, seja da Contratada.

Uma vez adotado o regime de **empreitada por preço global**, o Projeto Básico DEFINIU as subestimativas e superestimativas técnicas relevantes dos serviços relativos a presente contratação, segundo as diretrizes do Acórdão n. 1.977/2013-Plenário TCU, adotando os seguintes parâmetros descritos no Quadro abaixo identificado:

RISCO	DEFINIÇÃO	RESPONSABILIDADE
Erros nos quantitativos dos serviços da planilha orçamentária	Subestimativas superiores a 10%	Contratante
	Superestimativas superiores a 10%	Contratada
Alteração nos quantitativos ou inclusão de novos itens por revisão de projetos e especificações.	Alteração nos custos devido à revisão de projeto e especificação emitida pela Contratante	Contratante

3. ELABORAÇÃO DE PROJETOS / DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

No presente feito, o **Projeto Básico / documentos técnicos** foram elaborados por profissional habilitado de engenharia, com a emissão da **Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)**.

4. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA

Na presente licitação foram adotados custos unitários menores ou iguais aos custos unitários de referência do SINAPI, para todos os itens relacionados à construção civil.

5. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHAS DE CUSTOS UNITÁRIOS

- No orçamento da presente obra ou serviço **foram juntadas a Planilha Sintética e a Planilha Analítica;**
- O documento de responsabilidade técnica relativo às planilhas orçamentárias **consta nos autos;**
- Na presente licitação **foram utilizadas as tabelas de referência mais atualizadas.**

6. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS

No orçamento de referência da presente licitação foram adotadas apenas composições de custos unitários oriundas do SINAPI, sem adaptações.

7. CUSTOS DIRETOS

No orçamento de referência da presente licitação, os custos diretos compreendem apenas os componentes de preço que podem ser devidamente identificados, quantificados e mensurados na planilha orçamentária.

- Especificamente em relação ao custo direto de **administração local**, ele observa os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU;
- Em relação ao **cronograma físico-financeiro**, ele prevê pagamentos proporcionais para os custos diretos, em especial quanto ao de administração local, para cada período de execução contratual, refletindo adequadamente a evolução da execução da obra, ao invés de reproduzir percentuais fixos.

8. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS

Na presente licitação **não** foram juntadas as Curvas ABC relativas aos insumos e aos serviços, sob as seguintes **justificativas**:

- Os serviços, objetos desta contratação, se enquadram na categoria consultiva – por se tratarem de elaboração de projetos – e a planilha orçamentária de custos é composta de poucos insumos, sendo assim, não há necessidade em empregar uma Curva ABC, já que essa ferramenta é relativamente frequente quando da existência de orçamentos com grande quantidade de itens e de serviço distintos, o que não se aplica para o caso em tela.

9. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA

Na presente licitação, serão adotados os custos de referência **NÃO DESONERADOS**, por se tratar da opção mais vantajosa para a Administração, conforme **justificativas** abaixo:

- Os serviços, objetos desta contratação, se enquadram na categoria consultiva – por se tratarem de elaboração de projetos – e tem como modelagem de cálculo para estimativa de valores e orçamentos para a sua contratação, aquela recomendada pelo TCU no seu Manual “Orientações para Elaboração de Obras Públicas” Ed. 2014 (fls. 97/101), denominado Cálculo do Fator K.

Essa metodologia empregada determina que os insumos a serem utilizados, relativos à mão de obra, assim como os encargos sociais aplicados a esses insumos, seguirão aqueles apresentados na Tabela SINAPI, sem desoneração.

10. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI

Na presente licitação, **não há aplicação e detalhamento do BDI**, pois:

- Os serviços, objetos desta contratação, se enquadram na categoria consultiva – por se tratarem de elaboração de projetos – e tem como modelagem de cálculo para estimativa de valores e orçamentos para a sua contratação, aquela recomendada pelo TCU no seu Manual “Orientações para Elaboração de Obras Públicas” Ed. 2014 (fls. 97/101), denominado Cálculo do Fator K, em que são utilizados os seguintes parâmetros:

(i) Despesas Financeiras (DF), com a inclusão do ISSQN, PIS e COFINS;

(ii) Encargos Sociais (ES);

(iii) Administração Central;

(iv) Remuneração Bruta da Empresa.

11. BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

Na presente licitação, **NÃO SERÁ adotado o BDI reduzido** sobre os custos dos materiais e equipamentos, de acordo com a seguinte **justificativa**:

- A elaboração dos projetos não abarca a aplicação de materiais, assim como o fornecimento de equipamentos.

12. ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

O cronograma físico-financeiro foi juntado aos autos

- Por se tratar de um regime de empreitada por preço global, o cronograma físico-financeiro define com clareza as etapas de serviços que guiarão a aceitabilidade dos preços propostos pelos licitantes.

13. PROJETO EXECUTIVO

Não foram elaborados os projetos executivos, sendo tal atribuição expressamente repassada à contratada, com os custos contemplados na planilha orçamentária elaborada.

- Nessa hipótese, **ATESTO** que o projeto básico e os demais documentos técnicos da licitação possuem nível de detalhamento adequado e suficiente para permitir a elaboração dos projetos executivos pela contratada.

14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Registro da empresa no conselho profissional

Na presente licitação, será exigido o registro da empresa licitante junto ao CREA e/ou ao CAU, com base na seguinte **justificativa** técnica:

- Tal exigência cumpre o determinado no inciso II do artigo 62 e inciso I do artigo 67, ambos da lei 14.133 de 01 de abril de 2021.

1. Capacidade técnico-operacional

Na presente licitação a empresa deverá apresentar pelo menos um atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que elaborou projeto básico completo ou executivo para edificações compatíveis, no mínimo, em características e com área de construção igual ou superior a 7.000,00 m² (sete mil metros quadrados) utilizando a estratégia Building Information Modelling, conforme Decreto Federal nº 9.983 de 22 de agosto de 2019. A área mínima exigida está de acordo com a jurisprudência do TCU, no sentido de que a fixação de quantitativo mínimo não deve ser superior a 50% do quantitativo de bens e serviços que se pretende contratar, conforme Acórdãos 737/2012 e 827/2014, ambos do Plenário.

- O(s) atestado(s) de capacidade técnica solicitado(s) deverá(ão) comprovar a execução dos seguintes itens de projeto:
 - Projeto básico completo e executivo de *retrofit*;
 - Orçamento completo da obra.

2. Possibilidade de somatório de atestados

Na presente licitação, será **ACEITO** o somatório de atestados de capacidade técnico-operacional para atingimento dos quantitativos mínimos demandados, com base na seguinte **justificativa** técnica:

- Os serviços que compõem a elaboração dos projetos básicos e executivos para a execução do *retrofit* dos Edifícios Sede e Anexo da Seção Judiciária de Goiás são destituídos de qualquer tecnologia avançada, com exceção daquelas já amplamente conhecidas pelas empresas e técnicos da área no mercado de trabalho.
 - Isso posto e, segundo defende a jurisprudência do TCU, cabe aceitar o somatório de atestados para atingimento dos quantitativos mínimos dos serviços demandados na capacitação técnico-operacional do licitante (Acórdãos n. 170/2007, 1.631/2007, 727/2009, 1.382/2009, 1.823/2009, 2.783/2009, 3.260/2011, 342/2012, 1.028/2012, 1.231/2012, 1.380/2012, 1.552/2012, 2.869/2012 e 1.391/2014 – Plenário).

3. Capacidade técnico-profissional

Na presente licitação serão exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional a serem comprovados nos documentos de ART/RRT, a serem executadas pelos profissionais abaixo elencados:

- Para o cargo de **Arquitetura**: serviços de elaboração de Projeto Arquitetônico, em edificação comercial ou pública, excluídas edificações de barracões e edificações com finalidade habitacional;
- Para o cargo de **Engenheiro Civil**: serviços de elaboração de Projeto de Instalações Hidráulicas e Sanitárias, em edificação comercial ou pública, excluídas edificações de barracões e edificações com finalidade habitacional;
- Para o cargo de **Engenheiro Eletricista**: serviços de elaboração de Projeto de Instalações Elétricas, Telemática/Eletrônica em edificação comercial ou pública, excluídas edificações de barracões e edificações com finalidade habitacional.

15. VISTORIA

Na presente licitação, a realização de vistoria será (X) FACULTATIVA ou () OBRIGATÓRIA, e o licitante **PODERÁ** substituir o atestado de vistoria pela declaração de pleno conhecimento das condições de execução do objeto, com base na seguinte **justificativa** técnica:

- A Lei n. 14.133, de 2021 determina que a o edital de licitação sempre deva prever a possibilidade de substituição da vistoria por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação (art. 63, § 2º). Portanto, a partir da nova regulamentação legal da matéria, não é mais admitida a obrigatoriedade de vistoria prévia. Caso o órgão licitante entenda fundamental o conhecimento das condições próprias do local, poderá exigir apenas que o licitante apresente declaração de que conhece as condições do local.

16. SUBCONTRATAÇÃO

A presente licitação **NÃO ADMITE** a subcontratação parcial na presente licitação

17. DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO

Na presente licitação, será exigida a comprovação de PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO, no percentual de 10% por cento sobre o valor total estimado da contratação, com base na seguinte **justificativa** técnica:

- A fixação do percentual se constitui como a atuação discricionária da Administração e tem como prerrogativa legal a determinação de um limite de até de 10% (dez por cento) (art. 69, § 4º da Lei nº 14.133/2021), e é balizado em critérios técnicos. Essa determinação. Por fim, a escolha da percentagem é compatível à realidade do

mercado se afigura importante, assim como ao porte das empresas que atuam na área objeto da contratação.

18. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

Na presente licitação, será **VEDADA** à participação de consórcios, com base na seguinte justificativa:

- A vedação se deve a natureza do objeto, dado os riscos de contratação de empresas sem qualificação para a assunção de encargos além de suas respectivas capacidades técnica, operacional ou econômico-financeira. Esses fatores poderão gerar atraso nas obras como um todo, implicando em grandes prejuízos ao Erário.

19. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

Na presente licitação, será **VEDADA** a participação de cooperativas, com base na seguinte justificativa:

- Segundo a Súmula 281 do TCU: É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade.
Ademais, a participação de cooperativas só deve ser permitida quando a gestão operacional do serviço puder ser executada de forma compartilhada ou em rodízio, pelos próprios cooperados – e os serviços contratados também deverão ser executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedada qualquer intermediação ou subcontratação, sendo assim, deverá ser vedada a participação de cooperativas no certame.

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

Na presente licitação, será **DISPENSADA** a apresentação de garantia de execução contratual, com base na seguinte justificativa:

- Os custos suportados pela Administração para a execução do serviço não são de grande vulto, logo não se faz necessária à garantia para assegurar danos de grande impacto em caso de inexecução do objeto. Destaca-se, que em caso de aplicações de multas, o valor devido poderá ser cobrado por mecanismos legais e contratuais.
Cabe destacar que, somando às justificativas supracitadas, a exigência de garantia se mostra como um fator que poderia onerar o valor final obtido na Licitação, tendo em vista que o fornecimento das modalidades previstas na Lei n. 14.133/2021 gera custo para o executor do serviço.

21. DA SUSTENTABILIDADE

No tocante à promoção do Desenvolvimento Nacional Sustentável previsto nos arts. 5º, e 11, IV, da Lei n. 14.133, de 2021, nesta licitação o tomou as seguintes medidas quando do planejamento de obras e serviços de engenharia:

- Definiu os critérios e práticas sustentáveis, objetivamente e em adequação ao objeto da contratação pretendida, como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada, e/ou requisito de habilitação/qualificação previsto em lei especial;
- Verificou se os critérios e práticas sustentáveis especificados preservam o caráter competitivo do certame;
- Verificou a incidência de normas de acessibilidade (Decreto n. 6.949, de 2009 e Lei n. 13.146, de 2015); e
- Verificou o alinhamento da contratação com o Plano de Gestão de Logística Sustentável.

Lourival Júnio Fonseca Dias
Engenheiro Assessor
GO1376PS

Janaína das Graças Araújo
Engenheira Civil
GO80582

